

Ciclos Políticos e Gerenciamento Orçamentário nos Estados Brasileiros por meio dos Restos a Pagar

Political Cycles and Budget Management in Brazilian States through Unpaid Commitments

Ciclos políticos y gestión presupuestaria en los Estados brasileños a través de Saldos a pagar

Francisco de Assis Miranda da Silva

Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

CCSA, UFPB, Campus I, Cidade Universitária, João Pessoa/PB, CEP: 58.051-900

 <https://orcid.org/0009-0001-3704-9209>

e-mail: francisco.miranda@academico.ufpb.br

Dimas Barrêto de Queiroz

Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

CCSA, UFPB, Campus I, Cidade Universitária, João Pessoa/PB, CEP: 58.051-900

 <https://orcid.org/0000-0002-8511-3420>

e-mail: dimasqueiroz@gmail.com

Resumo: A Teoria dos Ciclos Políticos tem sido estudada nas últimas décadas associada a variáveis que buscam explicar o comportamento oportunista de governantes. O presente trabalho buscou avaliar a influência dos ciclos políticos eleitorais sobre o gerenciamento orçamentário por meio dos restos a pagar nos estados brasileiros no período de 2011 a 2022. A variável dependente consiste no gerenciamento orçamentário, obtido a partir do acúmulo ou reversão dos restos a pagar. As variáveis independentes relacionam-se a fatores políticos, como os anos pré-eleitorais e eleitorais, e o mandato do governador, para verificar os candidatos aptos à reeleição. Para a análise dos dados foi utilizada uma regressão com dados em painel. O estado de Minas Gerais foi omitido da análise por não dispor dos dados relativos às despesas pagas nos anos de 2011 a 2013. O período analisado consiste em três ciclos eleitorais completos. Os resultados evidenciaram que há influência positiva e estatisticamente significativa das variáveis independentes sobre a dependente, confirmando as hipóteses arguidas, sustentando que os governadores utilizam o instituto dos restos a pagar como instrumento de gerenciamento orçamentário com vistas a sinalizar competência, conforme a base teórica dos ciclos políticos-orçamentários, e obter êxito nas eleições. Esta pesquisa contribuiu para a literatura dos ciclos políticos-orçamentários ao descrever que sua ocorrência afeta a dinâmica de acúmulo e reversão dos restos a pagar capazes de influenciar resultados eleitorais.

Palavras-chave: Ciclos políticos-orçamentários. Restos a Pagar. Gerenciamento orçamentário.

Abstract: The Theory of Political Cycles has been studied in recent decades in association with variables that seek to explain the opportunistic behavior of governors. This study sought to assess the influence of electoral political cycles on budget management through unpaid commitments in Brazilian states from 2011 to 2022. The dependent variable consists of budget management, obtained from the accumulation or reversal of unpaid commitments. The independent variables are related to political factors, such as the pre-election and election years, and the governor's office, in order to check which candidates were up for re-election. Panel data regression was used to analyze the data. Minas Gerais was omitted from the analysis because it did not have data on expenses paid in the years 2011 to 2013. The period analyzed consists of three complete electoral cycles. The results show there is a positive and statistically significant

influence of the independent variables on the dependent variable, confirming the study hypotheses, and supporting the idea which governors use budget management tool in order to signal competence, in line with the theoretical basis of political-budgetary cycles, and succeed in elections. This research has contributed to the literature on political-budgetary cycles by describing that their occurrence affects the dynamics of the accumulation and reversal of unpaid commitments capable of influencing electoral results.

Keywords: *Political budget-cycles. Unpaid commitments. Budget management.*

Resumen: *La Teoría de los Ciclos Políticos ha sido estudiada en las últimas décadas en asociación con variables que buscan explicar el comportamiento oportunista de los gobernantes. Este estudio buscó evaluar la influencia de los ciclos políticos electorales en la gestión presupuestaria a través de los saldos a pagar en los estados brasileños entre 2011 y 2022. La variable dependiente consiste en la gestión presupuestaria, obtenida a partir de la acumulación o reversión de los saldos a pagar. Las variables independientes se refieren a factores políticos, como los años preelectorales y electorales, y el mandato del gobernador, para comprobar qué candidatos se presentan a la reelección. Para analizar los datos se utilizó la regresión de datos de panel. El estado de Minas Gerais se omitió del análisis porque no disponía de datos sobre los gastos pagados en los años 2011 a 2013. El período analizado consta de tres ciclos electorales completos. Los resultados mostraron que existe una influencia positiva y estadísticamente significativa de las variables independientes sobre la variable dependiente, confirmando las hipótesis planteadas. Esta investigación contribuyó a la literatura sobre ciclos político-presupuestarios al describir que su ocurrencia afecta a la dinámica de acumulación y reversión de saldos a pagar capaz de influir en los resultados electorales.*

Palabras clave: *Ciclos políticos-presupuestarios. Restos por pagar. Gestión presupuestaria.*

Introdução

O Orçamento Público consiste em uma importante ferramenta de planejamento, execução e controle dos programas de trabalho do Governo, seja na esfera municipal, estadual ou federal. Em que pese o Orçamento Público seja constituído por leis e elaborado segundo princípios que visam o interesse público, é evidente a existência de significativa influência política sobre sua composição (Gonçalves, Silva, Silva, Giraldi e Oliveira, 2020).

Isso se deve, em parte, às técnicas adotadas na elaboração orçamentária brasileira, que permitem que o gestor público use de discricionariedade para determinar em quais programas de governo serão alocados os recursos, o que, em certos casos, implica no uso indevido desses, podendo ser o interesse público preterido no lugar de vantagens para grupos políticos, como a manutenção do gestor ou grupo no poder. (Arrow, 1951; Black, 1958; Buchanan e Tullock, 1962; Downs, 1957).

Essa discricionariedade na alocação dos recursos públicos pode ser analisada sob a ótica dos ciclos políticos, que evidenciam a extensão dos efeitos do interesse eleitoral. Esse conceito começou a ser explorado a partir do estudo de Nordhaus (1975), que constatou interferências na política macroeconômica, especificamente na relação entre inflação e desemprego (curva de Phillips) durante o ciclo eleitoral, ficando essa abordagem conhecida pelos acadêmicos como *Political Business Cycle*.

Por sua vez, Rogoff (1990) sugeriu uma abordagem para verificar a manipulação de elementos de política fiscal, como a renúncia de receita e a composição dos gastos. Essa perspectiva, conhecida como *Political Budget Cycle*, sugere que os gestores públicos utilizam da discricionariedade na execução dos orçamentos para alterar a estrutura das despesas e receitas, alterando a percepção dos eleitores acerca da condução das finanças públicas.

Essas disfunções ocorridas em virtude do calendário eleitoral, estudadas pela Teoria dos Ciclos Políticos, podem ser compreendidas como um viés da Teoria da Agência (Jensen & Meckling, 1976),

que orbita em torno do conflito de interesses entre um agente e um principal, em virtude da assimetria informacional que, embora tenha surgido como forma de explicar relações empresariais, está presente em uma diversidade de relações sociais e econômicas, como no setor público (Eisenhardt, 1989; Przeworski, 1998).

Sumariamente, há a definição contratual de uma atividade a ser desenvolvida pelo agente que deve representar os interesses do principal, que o outorga poderes de decisão. Todavia, motivado por interesses próprios, os agentes podem chegar a tangenciar os objetivos contratados para atender aos seus, quando estes forem conflitantes. Como maneira de apaziguar esse conflito, os contratos preveem mecanismos de controle como limitação do poder e necessidade de prestação de contas.

Analogamente, tem-se que os governantes, em busca pela manutenção de seus cargos políticos e de seus grupos correligionários no poder, adotam comportamentos oportunistas, concentrando despesas em elementos capazes de melhorar a imagem do gestor e gerar o benefício pretendido de acordo com o calendário eleitoral, como mostram as pesquisas nacionais e internacionais (Alt & Lassen, 2006; Brender & Drazen, 2005; Haan, 2013; Hanusch, 2012; Khemani, 2004; Sakurai, 2005, 2009; Sakurai & Menezes Filho, 2011; Shi & Svensson, 2006; Veiga & Veiga, 2007; Vergne, 2009) e, assim, beneficiam-se da miopia analítica do eleitorado para obterem vitória nas urnas.

No entanto, a intensidade desses ciclos eleitorais pode ser influenciada por diversos fatores, dentre eles o nível de institucionalização e o grau de desenvolvimento da economia em países emergentes, onde o nível de informação que chega ao eleitor e sua instrução para interpretação do produto informacional contribuem como fatores que dificultam o processo de *accountability*, deixando-os mais suscetíveis à visibilidade dada pelo fornecimento oportunista de mais bens e serviços a sociedade ajustado ao calendário eleitoral, deixando espaço para que os *policymakers* utilizem a estrutura do Estado como fonte de vantagens privadas e manipulem as informações (Shi & Svensson, 2006; Vergne, 2009).

As características do sistema orçamentário também podem abrir espaço para o comportamento oportunista dos gestores. O Princípio da Anualidade, presente no art. 35 da Lei nº 4.320/1964, estabelece que devem ser compreendidas como despesas as movimentações ocorridas no exercício, que coincide com o ano civil. A não utilização dos créditos orçamentários no ano corrente implicaria na perda dessas dotações. Nesse sentido, essa característica gera um incentivo de “use-o ou perca-o” (*use it or lose it*), mesmo quando não há interesse para a administração de utilização nesse período, acarretando a sua posterior inscrição em Restos a Pagar (Souza, 2010).

Assim sendo, o presente estudo objetiva analisar a influência dos ciclos políticos eleitorais sobre o gerenciamento orçamentário por meio da dinâmica de acúmulo e reversão de restos a pagar nos estados brasileiros. Para tanto, adotou-se como premissa de que os restos a pagar podem ser acumulados de um período para outro ou revertidos (pagos ou cancelados) a depender do interesse do gestor. Este, por sua vez, busca, por meio desse gerenciamento, obter vantagens eleitorais. Também parte-se da premissa de que os gestores em primeiro mandato tem mais incentivos para manipular as variáveis orçamentárias.

Este trabalho contribui para a literatura sobre ciclos políticos ao demonstrar empiricamente a existência de um comportamento cíclico nos restos a pagar ajustado aos ciclos eleitorais nos estados brasileiros, evidenciando o uso estratégico deste instituto por parte dos gestores com fins eleitorais. Identificou-se que os governadores acumulam restos a pagar nos anos que antecedem as eleições e revertem, seja por meio de pagamento ou cancelamento, nos anos eleitorais. Dessa forma, aumenta-se a compreensão sobre como variáveis orçamentárias são manipuladas em função do ciclo eleitoral.

Elementos teóricos da pesquisa

Até a introdução da ideia kaleckiana em 1943, os economistas isolavam as análises econômicas do fator político (Fialho, 1999; Siqueira, 2016). Para Kalecki (1943), o governo seria um ator que refletiria na economia as pressões sofridas pelos detentores de expressiva parcela da mão de obra, sendo esse o primeiro uso político de manipulação econômica. Downs (1957) explica que, em uma democracia na qual os eleitores são racionais, os esforços promovidos pelos dirigentes políticos são realizados somente em função do interesse próprio ou de seus aliados, sendo as políticas executadas apenas um subproduto da busca pelos seus objetivos privados, quais sejam: renda, poder e prestígio; conferidos pelo exercício do cargo. Assim, assume-se que as ações dos aspirantes ao poder são somente uma forma de maximizar o interesse pessoal, nesse caso, pela obtenção da maioria dos votos e êxito nas eleições, independente das consequências presentes ou futuras na economia.

Esses estudos traziam consigo uma ideia ainda incipiente do que viria a ser a Teoria dos Ciclos Políticos, que projetou-se e obteve maior notoriedade a partir do estudo de Nordhaus (1975) (Preussler; Portugal, 2003). Nordhaus (1975) fez emergir a ideia mais consistente de ciclos oportunistas motivados pelas eleições, a partir da observação de que alterações não planejadas na política econômica coincidiam ciclicamente com o período eleitoral, denotadas pela redução do desemprego no período eleitoral, e consequente aumento do nível de preços, e posterior reversão, formalizando assim o *Political Business Cycle*. O autor assume que o conhecimento do eleitorado sobre o *trade-off* macroeconômico entre inflação e desemprego é incipiente, ou seja, permite a adoção de um posicionamento sobre a preferência entre menor taxa de desemprego, ou menor nível de preços (inflação).

Seguindo o raciocínio proposto pelo autor, os eleitores estabelecem um modelo de ações ou posições econômicas de um governante ou grupo partidário, sendo o fator determinante do voto o atendimento às expectativas, o que serve de incentivo para que os políticos busquem sinalizar o cumprimento destas às vésperas da eleição, externando uma visão míope das ações executadas, o que viabiliza a ocorrência dos ciclos político-econômicos como forma de obtenção dos resultados eleitorais esperados.

Contribui ainda para o desenvolvimento da Teoria dos Ciclos Políticos o trabalho de Hibbs (1977), ao considerar que, doravante as escolhas serão feitas de acordo com a identidade ideológica dos eleitores, sendo os de direita, normalmente os que optam por taxas menores de inflação, mesmo que para tanto haja maior índice de desemprego, enquanto aqueles que se situam à esquerda do prisma ideológico optam por menores taxas de desemprego. Ainda segundo Hibbs (1977), os cidadãos que optam por um alinhamento com partidos de ideologia de esquerda são aqueles em que sua base é representada majoritariamente por indivíduos da classe trabalhadora, o que justifica a opção por menores taxas de desemprego, uma vez que a renda de uma parcela significativa seria bruscamente afetada. Ao passo que, os que possuem posicionamento ideológico de direita, normalmente, são aqueles detentores de maior parte do capital financeiro.

Rogoff e Sibert (1988) e Rogoff (1990) assumem em seu modelo de captação de ciclos políticos que as expectativas dos eleitores são racionais e esses passam a compreender que as oscilações na economia decorrem de fatores eleitoreiros. Para Rogoff (1990), os eleitores podem aferir a

competência do gestor de acordo com a alteração por ele promovida na política fiscal, o que ocorre nos períodos pré-eleitorais, principalmente através da sinalização com variáveis fiscais mais perceptíveis pelos cidadãos, como a renúncia de receita de tributos e o aumento das despesas correntes em detrimento de investimentos. Assim foi introduzido o *Political Budget Cycle* na literatura.

Rogoff (1990) ainda argumenta que, em um contexto de informação assimétrica, em que os eleitores não conhecem a real capacidade dos candidatos ao governo de realizar uma boa administração dos recursos públicos, a extinção do ciclo político-orçamentário pode ser algo custoso e que reduz o bem-estar que deve ser gerado à sociedade, uma vez que, com vistas a projetar a imagem e buscar assegurar a manutenção do poder, os gestores utilizariam maneiras com custo potencialmente maior para sinalizar suas competências.

Drazen (2001) avaliou que o modelo que considera manipulações nas variáveis fiscais se amolda melhor à estrutura conceitual e aos dados na perspectiva empírica. Para o autor, é mais fácil um político interferir na peça que depende de suas escolhas, no caso patente o orçamento, do que na política monetária, que possui um aparato técnico, como os bancos centrais, mais resistentes às políticas expansionistas baseadas no mero interesse eleitoral.

Os estudos mais frequentes buscam evidenciar a existência de ciclos políticos-orçamentários em democracias. Para Puchale, Pereira e Veloso (2018), que avaliaram evidências de ciclos políticos-orçamentários nas despesas da União no período de 1994 a 2014, parte das oscilações na econômicas podem ser explicadas por fatores políticos.

Schneider (2010) arremata que existem alternativas fiscais de gerenciamento de resultados, e que, alternativamente ao aumento dos gastos, por receio de uma interpretação negativa, nos estados da Alemanha Ocidental, os dirigentes políticos tendem a realocar os recursos para grupos de despesa que proclamem sua capacidade de governar.

Vergne (2009) ao analisar os dados de 42 países em desenvolvimento, defende que os ciclos político-orçamentários ocorrem com maior frequência e força nesses, e que notadamente os dirigentes não conduzem a política fiscal ao déficit, e sim redirecionam os recursos para grupos de despesas correntes como salários e subsídios. O autor ainda alerta para as análises que consideram o resultado orçamentário geral como produto dos ciclos, afirmando que a essência pode ser perdida, uma vez que os políticos podem alterar a composição dos gastos e não necessariamente isto será verificado no resultado, ressaltando a importância das análises mais minuciosas.

Diversamente do que pontua Vergne (2009), Veiga e Veiga (2007a) ao aplicar o modelo a municípios portugueses, e Drazen e Eslava (2010) em municípios colombianos, e Vicente e Nascimento (2012), nos municípios brasileiros, constataram que os gastos mais notáveis para sinalização de competência são direcionados aos investimentos, despesas de capital.

Ainda no âmbito nacional, Sakurai (2009) concluiu que nos municípios brasileiros, no período de 1990 a 2005, os ciclos políticos-orçamentários estão presentes de maneira mais expressiva nas funções saúde e saneamento, habitação e urbanismo, assistência e previdência e transportes. Queiroz (2015) corrobora com o exposto ao concluir que os partidos que obtiveram maior êxito na recondução nas eleições municipais compreendidas no período de 2004 a 2012, foram aqueles cujos dirigentes elevaram os gastos com investimentos e reduziram os gastos com pessoal e outras despesas correntes.

No entanto, Shi e Svensson (2002) captaram a ocorrência de ciclos fiscais coincidentes com o período eleitoral a partir do resultado orçamentário, sendo que dos países analisados, aqueles

subdesenvolvidos o apresentam com maior nitidez, além de constatarem que o nível de transparência atua como fator condicionante para a prevalência. Alt e Lassen (2006) chegaram à conclusão semelhante ao avaliar dados de 19 países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), onde o cenário persiste naqueles menos transparentes com relação à política fiscal, e que a polarização política também contribui para a presença desse fenômeno.

Vicente, Benito e Bastida (2013) avaliaram a ocorrência de ciclos eleitorais nos maiores municípios espanhóis relacionando ao nível de transparência dado por um indicador local, e concluíram que naqueles em que o índice é menor a ocorrência do ciclo é verificada nos gastos totais. Herzog (2017) observou em 99 países em desenvolvimento e 34 da OCDE que a transparência mitiga os ciclos políticos-orçamentários.

Souza, Azevedo e Crozatti (2021) verificaram o comportamento das reservas de contingência nos municípios brasileiros frente o oportunismo político. Os resultados indicaram que os municípios com gestores reeleitos não utilizaram as reservas de contingência de maneira política no período pré-eleitoral, diferentemente daqueles que não conseguiram a reeleição ou sucessão, grupo para o qual foi verificado um aumento na média no período que antecede as eleições sem razão aparente, uma vez que o comportamento diverge do observado para os municípios que apresentaram resultado positivo (superávit), considerado correto pelos autores.

Bartoluzzio e Dos Anjos (2020) analisaram como os incentivos políticos afetam a qualidade fiscal dos municípios brasileiros com base no IFGF (Índice Firjan de Gestão Fiscal). Os resultados indicaram que prefeitos reconduzidos alcançaram melhores níveis de qualidade fiscal no ano eleitoral, no entanto, relações negativas para a recondução ou início de uma nova gestão foram encontradas para o ano pós-eleitoral, indicando uma dificuldade no primeiro ano de mandato. Os autores ainda sugerem que os restos a pagar podem ser uma ferramenta de ajuste orçamentário em municípios com baixos índices de liquidez.

O instituto dos Restos a Pagar no Brasil tem seu conceito dado pelo art. 36 da Lei nº 4.320/1964, que dita as normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. O conceito legal de restos a pagar dita que nada mais são do que despesas empenhadas e não pagas até 31 de dezembro do exercício no qual foi realizado o empenho.

Registre-se aqui que nem sempre os restos a pagar devem ser vistos como discricionários, há circunstâncias em que eles decorrem da atividade natural do Estado, como a prevista no Parágrafo único do mencionado art. 36, quando o cumprimento da obrigação empenhada não ocorrer no exercício, não podendo, portanto, serem limitados pelo princípio da anualidade, e devendo somente serem computados como restos a pagar no último ano de vigência do crédito (Brasil, 1964).

Para melhor compreensão deste conceito é importante conhecer também o conceito de despesa no setor público, estabelecido na legislação aludida, que determina que, para fins orçamentários, a mesma seja contabilizada por competência, ou seja, independentemente do desembolso do recurso, que ocorre em seu último estágio. A título de informação, a despesa necessita passar por três estágios: empenho, liquidação e pagamento (Brasil, 1964). O estágio de empenho consiste na reserva da dotação orçamentária que cria para o Estado obrigação de pagamento. A liquidação traduz-se na comprovação de que o bem ou serviço contratado foi entregue ou prestado de acordo com as especificações prévias. O pagamento é o efetivo desembolso do recurso.

Os restos a pagar se dividem em dois tipos baseados no estágio da liquidação da despesa: processados e não processados. Os processados são aqueles cujas despesas passaram pelo estágio da liquidação. Os não processados representam os compromissos assumidos para os quais houve apenas a reserva da dotação orçamentária. Uma problemática associada ao uso indiscriminado desse expediente, é a formação de uma espécie de orçamento paralelo (Aquino & Azevedo, 2017; Furiati, 2011). Neste cerne, a inscrição de restos a pagar, processados e não processados, como considerados no estudo de Silva (2007), piora a qualidade da informação sobre os gastos públicos, ao passo que compromete o entendimento do resultado primário. O autor ainda defende que a inscrição de restos a pagar implica na assunção de obrigações em montante superior ao suportado no orçamento do ano subsequente. Além da perda da qualidade informacional pontuada, há ainda a perda na qualidade do bem ou serviço ofertado à sociedade (Barbosa & Rodrigues, 2023).

Liebman e Mahoney (2013) consideram a extinção do direito de uso dos créditos não comprometidos ao final de um exercício como um incentivo ao uso ineficiente e arbitrário dos recursos expresso no termo “use-o ou perca-o” (*use it or lose it*). Em nível internacional, há relevantes discussões sobre a temporalidade do orçamento. Carvalho (2013) destaca que nos países da OCDE é comum a figura do *carry-over*, que permite carregar as dotações não utilizadas para exercícios posteriores. Essa prática de postergar o pagamento das despesas via inscrição em restos a pagar sem lastro financeiro é vista por Aquino e Azevedo (2017) como um problema de regulação que afeta a transparência e a credibilidade do orçamento público, como consequência da elevação do passivo financeiro.

Os resultados do estudo de Carvalho (2013) ainda sugerem que os restos a pagar funcionam como uma exceção ao princípio da anualidade orçamentária, onde é possível transferir para exercícios posteriores as despesas assumidas preteritamente. Para a autora esse é um problema de superdimensionamento da capacidade para fixação das despesas em relação à real capacidade de execução. O *carry-over* de dotações não utilizadas altera a prioridade de uso dos recursos arrecadados no exercício seguinte, uma vez que a mesma seria preterida em função dessas dívidas trazidas do exercício anterior, que ao vislumbrar um eventual déficit abriria espaço para oportunismos, como a potencial inscrição dos compromissos correntes para o exercício seguinte.

As hipóteses formuladas neste estudo consideram essa premissa, sendo os anos que antecedem as eleições governamentais, principalmente o imediatamente anterior, pré-eleitoral, uma lacuna para o acúmulo de restos a pagar e o ano eleitoral uma oportunidade para reversão, por meio de pagamento ou cancelamento, como forma de sinalizar competência à sociedade, podendo interferir, como visto alhures, nos resultados eleitorais. Ademais, a literatura é vasta ao reconhecer esse mecanismo como instrumento de barganha política nas negociações de projetos que envolvem despesas discricionárias (Camargo, 2014; Silva, 2007).

Ainda pode ser considerada a figura do efeito conhecido como *float*. O *float* no contexto aqui retratado consiste no cancelamento dos restos a pagar em exercícios subsequentes, gerando uma informação opaca, admitindo-se o comportamento oportunista do gestor, resultando no gerenciamento de resultados, como é definido no presente estudo (Araújo, 2022).

Assim, as variáveis independentes foram selecionadas considerando as seguintes hipóteses de pesquisa:

H₁: No ano que antecede as eleições, os governadores tendem a acumular restos a pagar para obter

uma “folga orçamentária” no ano eleitoral.

H₂: No ano eleitoral, os governadores tendem a executar os restos a pagar acumulados em períodos passados, buscando obter benefícios eleitorais.

H₃: O ciclo eleitoral sobre os restos a pagar é potencializado quando os gestores estão em primeiro mandato.

Elementos metodológicos da pesquisa

O objeto de estudo desta pesquisa consiste nos estados brasileiros. Justifica-se essa escolha em função da acessibilidade às informações sobre as eleições e aos dados detalhados sobre as variáveis orçamentárias. A amostra da pesquisa consiste em 25 estados da federação nos anos de 2011 a 2022, compreendendo 300 observações e três ciclos eleitorais completos.

Para esta pesquisa foi utilizada uma regressão com dados em painel balanceado, o que justifica a exclusão do estado de Minas Gerais do universo dos 26 estados, em função da indisponibilidade dos dados de despesas pagas relativas aos anos de 2010 a 2013.

O processo de coleta dos dados ocorreu exclusivamente pela internet. As informações eleitorais foram coletadas diretamente do sítio do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Os dados orçamentários, restos a pagar, processados e não processados, inscritos, cancelados e pagos e a despesa orçamentária total foram coletados no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI), por meio do Anexo XVIII do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) referente ao 6º bimestre de cada exercício e para cada Ente, e do Balanço Anual (QDCC) nos anos em que a coluna de despesas pagas não era parte integrante do Balanço Orçamentário. Por fim, os dados referentes à população foram coletados no sítio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Definição das Variáveis e Modelo Econométrico

A variável dependente consiste em um indicador capaz de captar o acúmulo e a reversão de restos a pagar ao longo dos anos do ciclo eleitoral. Para fins dessa pesquisa, esse indicador foi denominado de gerenciamento orçamentário. Destaca-se que o acúmulo é materializado pela inscrição de restos a pagar ao final do exercício e a reversão pode ocorrer por pagamento ou cancelamento. Essa pesquisa optou por utilizar a variável construída por Araújo (2022), com uma diferença substancial. Naquele modelo para fins de eliminação do efeito de escala, a diferença entre os restos a pagar inscritos e pagos somados aos cancelados foi dividida pela despesa prevista orçamentariamente. Neste estudo, optou-se pela despesa empenhada, considerada a despesa orçamentária no art. 35 da Lei nº 4.320/1964, como denominador. Segue a equação utilizada para captação da variável de interesse:

$$GO_{it} = \left[\frac{RP_{it} - (PagRP_{it} + CanRP_{it})}{DespTot_{it}} \right] \quad (1)$$

Em que,

- GO_{it} corresponde ao gerenciamento orçamentário do governo i no período t ;
- RP_{it} corresponde aos restos a pagar do governo i apurados no período t ;

- $PagRP_{it}$ corresponde pagamento dos restos a pagar realizados do governo i no período t ;
- $CanRP_{it}$ corresponde ao cancelamento dos restos a pagar realizados no período t do governo i ;
- $DespTot_{it}$ corresponde à despesa total empenhada no governo i e no período t .

As variáveis independentes foram estabelecidas considerando os objetivos da pesquisa e são sintetizadas na Tabela 1:

Tabela 1

Descrição das Variáveis

Variável	Descrição	Sinal Esperado
PrE	Variável recebe o valor “1” para o ano que antecede as eleições estaduais e “0” para os demais anos	+
E	Variável recebe o valor “1” para o ano eleitoral e “0” para os demais anos	-
ME	Variável recebe o valor “1” se o governador estiver em primeiro mandato e “0” se estiver em segundo	+

Fonte: Elaborado pelos autores.

Considerando as variáveis dependente e independentes, o presente trabalho propõe o modelo econométrico de regressão com dados em painel, conforme consta na Equação 02:

$$GO_{it} = \beta_0_{it} + \beta_1 PrE_{it} + \beta_2 E_{it} + \beta_3 ME_{it} + \varepsilon_{it} \quad (2)$$

Onde,

- GO_{it} corresponde ao gerenciamento orçamentário do governo i no período t ;
- PrE_t corresponde ao ano pré-eleitoral, sendo uma variável *dummy* em que 1 assinala ao ano que antecede às eleições e 0 para os demais;
- E_t corresponde ao ano eleitoral, sendo uma variável *dummy* em que 1 assinala ao ano eleitoral e 0 para os demais;
- ME_{it} corresponde ao gestor em primeiro mandato, sendo uma variável *dummy* em que 1 assinala os quatro anos do primeiro mandato do gestor e 0 para os demais.
- ε corresponde ao erro da regressão.

A Análise foi composta por uma parte descritiva e, na sequência, pela inferência estatística, na qual a regressão com dados em painel é apresentada.

Apresentação e discussão dos resultados

Análise Descritiva

As variáveis de interesse referem-se a *dummies* que representam os fatores condicionantes a existência dos ciclos político-orçamentários. A Tabela 2 apresenta as estatísticas descritivas da amostra, demonstrando as médias e desvios-padrão da variável dependente dessa pesquisa, que capta o gerenciamento orçamentário por meio dos restos a pagar. Para fins de comparação das médias entre

os grupos, realizou-se o teste não paramétrico de Mann-Whitney.

Tabela 2
Estatística Descritiva

Estadística Descritiva

Painel A: Ano Pré-Eleitoral			
Item	Ano Pré-eleitoral	Demais Anos	Mann-Whitney ⁺
Média	0,026931323	0,008189877	0,000
Desvio Padrão	0,04119201	0,038873612	
Painel B: Ano Eleitoral			
Item	Ano Eleitoral	Demais Anos	Mann-Whitney ⁺
Média	-0,006819294	0,019440083	0,000
Desvio Padrão	0,038141498	0,03880916	
Painel C: Mandato			
Item	Primeiro Mandato	Segundo Mandato	Mann-Whitney ⁺
Média	0,016703054	0,003653682	0,001
Desvio Padrão	0,04241547	0,03280468	

Fonte: Elaborado pelos autores.

Nota: O símbolo + significa que os valores apresentados indicam o *p-value* do respectivo teste.

Avaliando o fator ano pré-eleitoral (PrE), no Painel A, a média de 0,0269 apresentada demonstra que da despesa orçamentária empenhada nos anos pré-eleitorais, em média 2,69% foram carregadas para os exercícios seguintes. Valor superior ao obtido nos demais anos, corroborando com o resultado esperado pela H1. Na análise desse painel constaram 75 observações relativas aos anos pré-eleitorais, e 225 observações relativas aos demais anos.

O painel B avalia o fator ano eleitoral (Et). A amostra é composta por 3 anos eleitorais, sendo os anos de 2014, 2018 e 2022. Assim, a variável Et apresenta 75 observações para anos eleitorais, e 225 observações de anos não eleitorais, compreendendo os 9 anos não eleitorais da amostra multiplicados por 25 estados. Observa-se que os anos eleitorais apresentam média inferior aos demais anos e sinal negativo, o que implica na reversão dos restos a pagar inscritos nos exercícios anteriores, isto é, cerca de 0,68% da despesa orçamentária foi revertida, para tanto é necessário que a soma do montante pago e cancelado seja superior ao inscrito no exercício. Portanto a expectativa de resultado para a H2 foi obtida.

No Painel C são apresentadas as médias e desvios-padrão da variável de interesse relativa aos estados nos quais os governadores exerceram o primeiro e segundo mandatos eleitorais, tendo em vista uma diferenciação do comportamento dos gestores legalmente reelegíveis. Destaca-se que os governadores que estavam em primeiro mandato são representados por 212 observações, e os gestores em segundo mandato, 88 observações. Verificou-se que os estados nos quais os governadores estão em primeiro mandato apresentaram médias superiores aos que estavam em segundo mandato, corroborando com a H3 deste estudo, que subteme que os gestores em primeiro mandato, aptos à reeleição, possuem maiores incentivos para gerenciarem os resultados orçamentários por meio do acúmulo de restos a pagar. O resultado do teste de Mann-Whitney confirma o alinhamento das hipóteses estudadas aos dados obtidos, asseverando que as médias diferem com significância estatística.

Influência dos anos eleitorais sobre os restos a pagar

Seguindo para a segunda fase da análise dos dados, a Tabela 3 apresenta os resultados do modelo de regressão. Destaca-se que os testes de especificação do painel (testes Chow, Breusch-Pagan e Hausman) indicaram a utilização do painel com efeitos aleatórios.

Tabela 3

Influência dos anos eleitorais e do mandato sobre o gerenciamento orçamentário

Variável Explicativa	Coefficientes	Erro Padrão	Estatística z	P-valor
Constante	0,0750	0,0422	1,776	0,0758
APE	0,0113	0,0052	2,178	0,0294
AE	-0,0224	0,0052	-4,297	0,0000
PM	0,0121	0,0050	2,411	0,0159
POP	-0,0044	0,0027	-1,634	0,1022
Descrição	Valor	Descrição	Valor	
<i>Jarque –Bera</i>	535,07	<i>Jarque –Bera</i> (p-valor)	0,0000	
<i>Wooldridge</i>	0,9675	<i>Wooldridge</i> (p-valor)	0,3351	

Fonte: Elaborado pelos autores.

Nota: AE = Ano Eleitoral; APE = Ano Pré-eleitoral; PM = Primeiro Mandato; POP = Log Natural da População

Verifica-se que no ano pré-eleitoral, a variável de interesse APE apresentou sinal positivo. Este resultado indica que há um acúmulo de restos a pagar em anos pré-eleitorais na ordem de 0,0113, mantida as demais variáveis constantes. Dessa forma, confirma-se a expectativa teórica firmada por H1 na medida em que fica evidenciado que o ano que precede o pleito exerce influência sobre o montante de restos a pagar. Para Silva (2007) esse acúmulo discricionário piora a qualidade do gasto público. Aquino e Azevedo (2017) ratificam essa tese ao afirmarem que essa técnica piora a transparência e credibilidade do orçamento podendo culminar em seleção adversa. Bartoluzzio e Dos Anjos (2020) destacam que o uso dos restos a pagar para *carry-over* é uma discussão patente do Sistema Firjan, e que é comum entre municípios com índices de liquidez comprometidos, o que implica na incapacidade de honrar tais compromissos.

Com relação ao fator AE, observa-se que este apresentou sinal negativo. Essa evidência indica que há reversão de restos a pagar nos anos eleitorais. A análise do fator ano eleitoral corrobora com os achados de Araújo (2022), que constatou a existência de gerenciamento orçamentário por meio de restos a pagar no ano eleitoral nos municípios brasileiros. Nesse sentido, reafirma-se a visão teórica de que os políticos tendem a modificar as variáveis fiscais no período eleitoral, validando-se H2.

Por fim, o resultado da variável de interesse PM demonstra que os governadores que estão em primeiro mandato diferenciam-se, de maneira significativa, se comparados com que estão em segundo mandato, no que tange ao acúmulo de restos a pagar. Assim confirma-se o pressuposto teórico estabelecido em H3. O resultado da presente análise corrobora com os resultados de Klein e Sakurai (2015), ao analisar a temporalidade dos incentivos relacionadas aos mandatos eleitorais de prefeitos no Brasil. Outrossim, Bartoluzzio e Dos Anjos (2020) encontraram relação negativa entre o primeiro mandato e a gestão fiscal, principalmente em períodos eleitorais, indicando que gestores em primeiro mandato são mais propícios a realizarem gastos para influenciar os resultados eleitorais.

Também são compatíveis com os achados desta pesquisa a inferência realizada Queiroz, Morais, Souza e Silva (2019), que condicionou, não exclusivamente, a ocorrência de ciclos políticos-orçamentários ao fator mandato eleitoral, tendo como corolário os resultados manifestos em seu

estudo, onde os gestores públicos em primeiro mandato, teoricamente aptos à reeleição, apresentaram maior tendência à manipulação fiscal em busca de êxito do pleito.

Em síntese, as estatísticas descritivas demonstram que o uso do instituto dos restos a pagar como meio de gerenciamento orçamentário apresenta diferenças estatisticamente significativas entre os anos eleitorais e não eleitorais, pré-eleitorais e os demais, assim como, entre os gestores em primeiro e segundo mandato.

As evidências obtidas por essa pesquisa confirmam os pressupostos teóricos de que os gestores manipulam o orçamento para obter benefícios pessoais. Esse fato pode ser observado a partir do comportamento da variável gerenciamento orçamentário que se comporta de forma cíclica ao longo do ciclo eleitoral, justificada por um aumento na inscrição de restos a pagar no ano que antecede as eleições com o objetivo de criar uma folga orçamentária no ano eleitoral, e reversão no ano eleitoral de parte dos restos a pagar que foram acumulados em períodos passados e, especialmente, no ano imediatamente anterior, seja por pagamento ou cancelamento. Por fim, observou-se que os governadores em primeiro mandato gerenciam mais os restos a pagar do que aqueles que estão em segundo mandato, confirmado também os pressupostos teóricos dessa pesquisa. Ressalte-se, por fim, que a variável de controle POP não apresentou significância estatística capaz de contribuir com a conclusão pelo atendimento das hipóteses levantadas.

Considerações Finais

A base teórica apresentada acerca da teoria dos ciclos políticos, que vem sendo atualizado por estudos como este para acrescentar novas perspectivas em busca de explicar o comportamento dos *policymakers*, mostra que as variáveis orçamentárias são um instrumento sensível às ações discricionárias com vistas à manipulação de resultados eleitorais, conforme achados do presente estudo.

A miopia da população em relação às ações de governo aliada às características orçamentárias do Brasil é considerada como um incentivo à promoção de alterações no orçamento ajustadas ao calendário eleitoral. No presente estudo, ao analisar a normalidade orçamentária no que tange aos valores de restos a pagar, especialmente buscando evidências do uso do *carry-over*, foram obtidos fortes indicativos que corroboram com as discussões acerca do *use it or lose it*, que pode ser considerado como uma fresta na legislação que permite o cômputo de despesas pelo seu comprometimento mesmo quando não for de interesse da administração no período, criando assim uma folga orçamentária.

Desse modo, a transferência de obrigações sem lastro financeiro para exercícios seguintes via *carry-over* acaba por promover alterações na programação financeira do ano subsequente à inscrição, uma vez que os recursos que seriam alocados em ações pontuais do orçamento anual são preteridas em detrimento de compromissos de exercícios anteriores, afetando assim o equilíbrio das contas públicas.

Portanto, estudos complementares podem ser desenvolvidos para avaliar o efeito dessa técnica no nível de discricionariedade dos restos a pagar carregados para anos eleitorais, analisar a qualidade do gasto público por meio de indicadores quando da utilização da dotação sem lastro financeiro em atenção ao princípio “use-o ou perca-o”, como também relacionar a ocorrência do fenômeno ora confirmado à níveis de transparência locais.

Referências

- Alt, J. E., & Lassen, D. D. (2006). Transparency, political polarization, and political budget cycles in OECD countries. *American Journal of Political Science*, 50(3), 530–550. <https://doi.org/10.1111/j.1540-5907.2006.00200.x>
- Aquino, A. C. B. de, & Azevedo, R. R. de. (2017). Restos a pagar e a perda da credibilidade orçamentária. *Revista de Administração Pública*, 51(4), 534–558. <https://doi.org/10.1590/0034-7612163584>
- Araújo, R. J. R. (2022). Incentivos eleitorais e o gerenciamento de resultados orçamentários por meio de restos a pagar: Um estudo em municípios brasileiros [Tese de doutorado, Universidade Federal da Paraíba]. Repositório Institucional da UFPB.
- Arrow, K. J. (1951). Alternative approaches to the theory of choice in risk-taking situations. *Econometrica*, 19(4), 404–437. <https://doi.org/10.2307/1907465>
- Barbosa, M. E. F., & Rodrigues, E. C. C. (2023). Idiosincrasias associadas aos cancelamentos de despesas inscritas em restos a pagar. *Revista de Gestão e Secretariado*, 14(1), 1118–1137. <https://doi.org/10.7769/gesec.v14i1.1579>
- Bartoluzzio, A. I. S. S., & Anjos, L. C. M. (2020). Ciclos políticos e gestão fiscal nos municípios brasileiros. *Revista de Administração Contemporânea*, 24(2), 167–180. <https://doi.org/10.1590/1982-7849rac2020190190>
- Black, D. (1958). *The theory of committees and elections*. Cambridge University Press. <https://doi.org/10.1007/978-94-009-4225-7>
- Brasil. (1964). Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. *Diário Oficial da União*.
- Brender, A., & Drazen, A. (2005). Political budget cycles in new versus established democracies. *Journal of Monetary Economics*, 52(7), 1271–1295. <https://doi.org/10.1016/j.jmoneco.2005.04.004>
- Buchanan, J. M., & Tullock, G. (1965). *The calculus of consent: Logical foundations of constitutional democracy*. University of Michigan Press.
- Camargo, A. M. (2014). Casuísmos dos restos a pagar: Uma análise legalista e doutrinária. *Revista de Ciências Gerenciais*, 18(27), 81–96. <https://doi.org/10.17921/1415-6571.2014v18n27p%25p>
- Carvalho, M. B. (2013). Restos a pagar e a anualidade orçamentária [Monografia de especialização, Universidade Federal do Ceará]. Repositório Institucional da UFC.

- Downs, A. (1957). An economic theory of political action in a democracy. *Journal of Political Economy*, 65(2), 135–150. <https://doi.org/10.1086/257897>
- Drazen, A. (2001). The political business cycle after 25 years. *NBER Macroeconomics Annual*, 15, 75–138. <https://doi.org/10.1086/654407>
- Drazen, A., & Eslava, M. (2010). Electoral manipulation via voter-friendly spending: Theory and evidence. *Journal of Development Economics*, 92(1), 39–52. <https://doi.org/10.1016/j.jdeveco.2009.01.001>
- Eisenhardt, K. M. (1989). Agency theory: An assessment and review. *Academy of Management Review*, 14(1), 57–74. <https://doi.org/10.5465/amr.1989.4279003>
- Fialho, T., & Maia, M. (1999). Ciclos políticos: Uma resenha. *Revista de Economia Política*, 19(3), 105–124. <https://doi.org/10.1590/0101-31571999-1016>
- Furiati, A. Á. (2011). Restos a pagar e o “orçamento paralelo” [Trabalho de Conclusão de Curso de especialização, Universidade Federal do Rio Grande do Sul]. LUME Repositório Digital. <http://dx.doi.org/10.26512/2011.07.TCC.2006>
- Gonçalves, G. C., Silva, J. V., Silva, V. F., Laffin, N. H. F., Giraldi, D. C., & Oliveira, L. R. (2020). Planejamento e orçamento público. Grupo A.
- Haan, J. (2013). Democracy, elections and government budget deficits. *German Economic Review*, 15(1), 131–142. <https://doi.org/10.1111/geer.12022>
- Hanusch, M. (2012). Coalition incentives for political budget cycles. *Public Choice*, 151(1–2), 121–136. <https://doi.org/10.1007/s11127-010-9736-0>
- Herzog, B. (2017). Does transparency mitigate the political budget cycle? *Journal of Economic Studies*, 44(5), 666–689. <https://doi.org/10.1108/JES-07-2016-0132>
- Hibbs, D. A. (1977). Political parties and macroeconomic policy. *American Political Science Review*, 71(4), 1467–1487. <https://doi.org/10.2307/1961490>
- Jensen, M. C., & Meckling, W. F. (1976). Theory of the firm: Managerial behavior, agency costs, and ownership structure. *Journal of Financial Economics*, 3(4), 305–360. [https://doi.org/10.1016/0304-405X\(76\)90026-X](https://doi.org/10.1016/0304-405X(76)90026-X)
- Kalecki, M. (1977). Os aspectos políticos do pleno emprego. In J. Miglioli (Org.), Michal Kalecki: Crescimento e ciclo das economias capitalistas. Hucitec. (Trabalho original publicado em 1943).
- Khemani, S. (2004). Political cycles in a developing economy: Effect of elections in the Indian states. *Journal of Development Economics*, 73(1), 125–154. <https://doi.org/10.1016/j.jdeveco.2003.01.002>

- Klein, F. A., & Sakurai, S. (2015). Term limits and political budget cycles at the local level: Evidence from a young democracy. *European Journal of Political Economy*, 37, 21–36. <https://doi.org/10.1016/j.ejpoleco.2014.10.008>
- Liebman, J. B., & Mahoney, N. (2017). Do expiring budgets lead to wasteful year-end spending? Evidence from federal procurement. *American Economic Review*, 107(11), 3510–3549. <https://doi.org/10.1257/aer.20131296>
- Nordhaus, W. D. (1975). The political business cycle. *The Review of Economic Studies*, 42(2), 169–190. <https://doi.org/10.2307/2296528>
- Preussler, A. P. da S., & Portugal, M. S. (2009). Um estudo empírico dos ciclos político-econômicos no Brasil. *Análise Econômica*, 27(52), 153–179. <https://doi.org/10.22456/2176-5456.10303>
- Przeworski, A. (1998). Sobre o desenho do Estado: Uma perspectiva agente x principal. In L. C. B. Pereira & P. Spink (Eds.), *Reforma do Estado e administração pública gerencial*. Editora FGV.
- Queiroz, D. B. (2015). Composição dos gastos públicos e resultados eleitorais: um estudo nos municípios brasileiros [Tese de doutorado, Universidade de Brasília, Universidade Federal da Paraíba e Universidade Federal do Rio Grande do Norte]. Repositório Institucional da UnB. <http://dx.doi.org/10.26512/2015.11.T.19215>
- Queiroz, D. B., Morais, L. M. F., Souza, A. G. S. F., & Silva, V. K. R. (2019). Mandatos eleitorais e ciclos político-orçamentários: Evidências dos estados brasileiros. *Administração Pública e Gestão Social*, 11(2), Article 2152. <https://doi.org/10.21118/apgs.v11i2.2152>
- Rogoff, K. (1990). Equilibrium political budget cycles. *American Economic Review*, 80(1), 21–26.
- Rogoff, K., & Sibert, A. (1988). Elections and macroeconomic policy cycles. *Review of Economic Studies*, 55(1), 1–16. <https://doi.org/10.2307/2297526>
- Sakurai, S. N. (2005). Testando a hipótese de ciclos eleitorais racionais nas eleições dos municípios paulistas. *Estudos Econômicos (São Paulo)*, 35(2), 297–315. <https://doi.org/10.1590/S0101-41612005000200003>
- Sakurai, S. N. (2009). Ciclos políticos nas funções orçamentárias dos municípios brasileiros: Uma análise para o período 1990-2005 via dados em painel. *Estudos Econômicos (São Paulo)*, 39(1), 39–58. <https://doi.org/10.1590/S0101-41612009000100002>
- Sakurai, S. N., & Menezes-Filho, N. (2011). Opportunistic and partisan election cycles in Brazil: New evidence at the municipal level. *Public Choice*, 148(1–2), 233–247. <https://doi.org/10.1007/s11127-010-9654-1>
- Schneider, C. J. (2010). Fighting with one hand tied behind the back: Political budget cycles in the West German states. *Public Choice*, 142(1–2), 125–150. <https://doi.org/10.1007/s11127-009-9480-5>

- Secretaria do Tesouro Nacional. (2019). Manual de demonstrativos fiscais. Ministério da Fazenda.
- Shi, M., & Svensson, J. (2002). Political budget cycles in developed and developing countries (Seminar Paper No. 709). Institute for International Economic Studies, Stockholm University.
- Shi, M., & Svensson, J. (2006). Political budget cycles: Do they differ across countries and why? *Journal of Public Economics*, 90(8–9), 1367–1389. <https://doi.org/10.1016/j.jpubeco.2005.09.009>
- Silva, A. M. Â. (2007). Restos a pagar: Implicações sobre a sustentabilidade fiscal e a qualidade do gasto público [Monografia de especialização, Instituto Serzedello Corrêa, Tribunal de Contas da União].
- Siqueira, F. F. (2016). Ciclo político: Uma revisão literária. *Informações Fipe*, 427, 21–27.
- Souza, A. C. (2010). Restos a pagar: A última fronteira da transparência. *Revista do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro*, 5(1), 68–83.
- Souza, L. C., Azevedo, R. R., & Crozatti, J. (2021). Dicotomias fiscais e distributivas dos ciclos político-orçamentários: Análise da reserva de contingência nos municípios brasileiros [Apresentação de trabalho]. Encontro da ANPAD, Evento online.
- Veiga, L. G., & Veiga, F. J. (2007a). Does opportunism pay off? *Economics Letters*, 96(2), 177–182. <https://doi.org/10.1016/j.econlet.2006.12.026>
- Veiga, L. G., & Veiga, F. J. (2007b). Political business cycles at the municipal level. *Public Choice*, 131(1–2), 45–64. <https://doi.org/10.1007/s11127-006-9104-2>
- Vergne, C. (2009). Democracy, elections and allocation of public expenditures in developing countries. *European Journal of Political Economy*, 25(1), 63–77. <https://doi.org/10.1016/j.ejpoleco.2008.09.003>
- Vicente, C., Benito, B., & Bastida, F. (2013). Transparency and political budget cycles at municipal level. *Swiss Political Science Review*, 19(2), 139–156. <https://doi.org/10.1111/spsr.12036>
- Vicente, E. F. R., & Nascimento, L. S. (2012). A efetividade dos ciclos políticos nos municípios brasileiros: Um enfoque contábil. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 6(14), 106–126. <https://doi.org/10.11606/rco.v6i14.45402>
- Vieira, F. S., & Piola, S. F. (2016). Restos a pagar de despesas com ações e serviços públicos de saúde da União: Impactos para o financiamento federal do Sistema Único de Saúde e para a elaboração das contas de saúde (Texto para Discussão Nº 2225). Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).